

Papéis foram comprados há dois anos

O envolvimento dos Dart com o Brasil começou em 1991, ano em que aplicaram US\$ 160 milhões e compraram 5,74% do banco de investimentos Salomon Brothers, tornando-se seu segundo maior acionista. O Salomon Brothers enfrentava então uma investigação federal por manipulação de colocação de títulos do Tesouro. Foi multado em milhões de dólares, forçado a trocar de comando e venceu a crise.

Em 1991, assessorado pelo Salomon, o clã começou a investir pesado nos desvalorizados títulos da dívida do País no mercado secundário de papéis. Empenhado, por razões políticas, em assegurar uma redução de pelo menos 35% do montante da dívida, e limitar ao mesmo tempo o custo das garantias do acordo, em abril passado o governo recorreu a uma cláusula prevista nos con-

tratos e rejeitou a primeira seleção que os mais de 800 credores fizeram entre os seis instrumentos de renegociação oferecidos pelo País. Esta havia concentrado 65% dos cerca de US\$ 35 bilhões em jogo nos bônus ao par e apenas 18% no bônus de desconto. Convidados a escolher novamente, um conjunto de credores que controla mais de 95% do total da dívida topou, limitando suas opções a um mínimo de 35% nos bônus de desconto e 40% nos bônus ao par.

Os Dart não toparam. Eles haviam escolhido os bônus de capi-

talização na primeira rodada. No fim do mês, o governo brasileiro pediu ao comitê de bancos que ouvisse o pleito dos Dart. Mas os credores se negaram a abrir uma exceção.

O negociador da dívida, André Lara Resende, já avisou o comitê de bancos que o governo não colocará o acordo em vigor sem a assinatura dos Dart. Se eles ficarem de fora, argumenta a fonte, controlarão mais de 90% da dívida não renego-

ciada e ficarão em posição de declarar um default (insolvência) contra o País na Justiça americana. (P.S.)

LARA
RESENDE JÁ
AVISOU QUE
GOVERNO
EXIGE
ASSINATURA
DOS DART